

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2020

COMÉRCIO SILVEIRA ATACADISTA DE MÓVEIS MOGI MIRIM EIRELLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.205.116/0001-10, com endereço na Rua santa Mônica, nº 81, Vila Bianchi – Mogi Mirim (SP), vem à presença de Vossa Excelência, através de seu representante legal, com fundamento no artigo 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02, interpor as presentes:

RAZÕES DE RECURSO

em face dos atos praticados durante o Pregão Eletrônico nº 72/2020 – Dos Itens 2, 3, 4, 5 e 24.

I – Desclassificação da empresa Recorrente:

A empresa recorrente enviou no dia 19/06/2020, sua proposta de preços e para itens supramencionados com seguintes valores: item 2 – R\$ 1.410,12, item 3 – R\$ 1.422,42, item 4 – R\$ 1.975,46, item 5 – R\$ 927,04 e item 24 R\$ 389,98.

Porém a recorrente foi Inabilitada do certame, conforme segue:

Item 2: no dia 22/06/2020 as 08:02:18, "Desclassificação da proposta de R\$ 1.410,1200. Valor acima do máximo do edital".

Item 3: no dia 22/06/2020 as 08:03:07, "Desclassificação da proposta de R\$ 1.422,4200. Valor acima do máximo do edital".

Item 4: no dia 22/06/2020 as 08:03:48, "Desclassificação da proposta de R\$ 1.975,4600. Valor acima do máximo do edital".

Item 5: no dia 22/06/2020 as 08:05:05, "Desclassificação da proposta de R\$ 927,0400. Valor acima do máximo do edital".

Item 24: no dia 22/06/2020 08:27:04 as "Desclassificação da proposta de R\$ 389,9800. Valor acima do máximo do edital".

O edital em seu item 13 traz o seguinte:

"13. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA". (grifo nosso)

"13.4. Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível."

O item 13.4 se refere claramente ao item 13, sendo assim somente a proposta vencedora do certame deveria ser desclassificada por apresentar após a etapa de lances preço maior que o máximo estipulado pela administração pública.

A empresa entende que desta forma poderia lançar o a proposta INICIAL com valor acima e na fase de lances chegar a um valor menor que o máximo fixado pela administração.

DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE

Ferindo seriamente um princípio Direito Administrativo, o PRINCÍPIO da ECONOMICIDADE, expressamente previsto no art. 70 da CF/88, visto que a proposta mais vantajosa, sem dúvidas é a que atende às exigências do Edital com o menor preço.

Com o prejuízo à economicidade do certame estar-se-á no limiar da improbidade, pois, conforme ensina José dos Santos Carvalho Filho, o princípio da probidade administrativa exige "que o administrador atue com honestidade para com os licitantes, e, sobretudo para com a própria Administração, e, evidentemente, concorra para que sua atividade esteja de fato voltada para o interesse administrativo, que é o de promover a seleção mais acertada possível." Manual de Direito Administrativo. 7ª ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2001 p. 195.

O procedimento licitatório revela-se na contratação do produto demandado pela Administração, com base na oferta mais vantajosa. Muito propícia, por sinal, a síntese do Professor Hely Lopes Meirelles (grifo nosso): "O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda é a cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desiguala

os iguais ou iguala os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público, mas com destino certo a determinados candidatos" (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo, RT, 1990)

DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE

O princípio da Moralidade relacionasse com o princípio da legalidade, ele tem por finalidade proteger o licitante do formalismo exagerado, exemplo: o licitante que assina sua proposta de preço em local errado, fazendo com que sua proposta seja desclassificada, fere o princípio da moralidade administrativa, porque a referida empresa não descumpriu nenhum item do edital, e não faltou à assinatura na proposta, ela só estava em lugar errado.

Alexandre de Moraes,

"Pelo princípio da moralidade administrativa, não bastará ao administrador o estrito cumprimento da estrita legalidade, devendo ele, no exercício de sua função pública, respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça, pois a moralidade constitui, a partir da Constituição de 1988, pressuposto de validade de todo ato da administração Pública." (MORAES, Direito Constitucional, p.325)."

O administrador Público em seus atos deve visar à coletividade, acima de tudo, pois tal princípio pode ajudar em uma licitação a escolher a proposta mais vantajosa para administração pública.

DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Também tem seu sentido mencionado no Art. 41º, caput, da Lei nº 8.666/93 "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Nesse momento é essencial explicar o Princípio da Legalidade de acordo com o saudoso mestre Hely Lopes Meirellesin Direito Administrativo Brasileiro:

"(...) A legalidade, como princípio de administração (CF, Art. 37, Caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da Lei e às exigências do bem comum e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso." (grifei)

(...)

"Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a Lei autoriza." (grifei)

Exatamente por isso o legislador constituinte de 1988 achou por bem elencar expressamente o princípio da legalidade em seu art. 37, caput:

"Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)"

A Administração e os licitantes ficam restritos ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

É sabido que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação e ao descumprir normas constantes no edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação e, ainda, viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade e a isonomia.

É defeso tanto à Administração quanto aos seus agentes afastarem-se das disposições contidas no edital, seja a que pretexto for sob pena de vulnerar princípios administrativos. De fato, sendo o edital, a lei interna da licitação, não cabe ao intérprete agente público fazer uso do poder discricionário para indevidamente autorizar aquilo que a lei não autorizou.

PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA

Corolário do Princípio da Legalidade, o Princípio da Autotutela acarreta ao administrador o dever de retificar os

seus atos equivocadamente efetivados na busca do interesse público, promovendo a restauração dos equívocos cometidos, restaurando a ilicitude.

Daí que, à certificação de um equívoco efetivado, sua restauração se impõe a despeito de qualquer que seja os interesses envolvidos, visto que a continuidade do equívoco, ainda que culposamente, fulminará de ilegalidade todos os demais e futuros atos efetivados a partir deste, ou seja, a validação jurídica de todos os demais jamais será possível.

Assim, a necessidade de retificação do equívoco se impõe de plano, mais ainda e de forma urgente, quando não houver dano a ser reparado, ou seja, que a efetivação do equívoco não tenha acarretado obrigações já efetivadas, mas apenas a expectativa de direitos a serem consolidados, possibilitando mais facilmente a retificação das relações jurídicas advindas, bem como a conscientização das partes da situação fática a ser retificada.

DO PEDIDO

Ante todo exposto requer:

Sejam estas Razões de Recurso recebidas, e no mérito acolhidas, a fim de que seja revista a decisão que desclassificou a empresa ora recorrente.

Como medida de justiça e atendimento à legislação e princípios que regem a matéria.

Termos em que,
Pede deferimento.
Mogi Mirim/SP, 02 de junho de 2020.

Rafael Henrique Silveira
Administrador
RG n.º 43.951.013-2
CPF n.º. 340.218.968-21

Fechar